

MPC-MG define lista para escolha do Procurador-Geral para o biênio 2026-2028

por Simone P. Lopes

No dia 16 de abril, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais realizou a 1ª Reunião Extraordinária do exercício de 2026, com a finalidade de deliberar sobre a formação da lista para o cargo de Procurador-Geral no biênio 2026-2028.



Os Procuradores de Contas do MPC-MG: Cristina Andradelo Melo, Sara Meinberg, Glaydson Massaria, Maria Cecília Borges, Elke Moura, Daniel Guimarães e Marcílio Barenco.

Foto: Simone P. Lopes | MPC-MG.

Na sessão, foram definidos os dois nomes mais votados pelo Colégio de Procuradores, que serão encaminhados ao Chefe do Poder Executivo, a quem compete a nomeação, nos termos do regime jurídico aplicável à instituição. O procedimento assegura a participação direta de membros na indicação da chefia institucional e organiza a tomada de decisão em âmbito colegiado.

Estiveram presentes todos os integrantes do Colégio: Marcílio Barenco (Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas), Daniel Guimarães (Subprocurador-Geral e 1º Diretor Executivo da Ampcon), Sara Meinberg (a Procuradora-Corregedora), Elke Moura (a Procuradora-Ouvidora),

ABRIL 2026 · EDIÇÃO 47

- p. 2 Inscrições abertas para o XIII Fórum Nacional do Ministério Público de Contas, em São Paulo
- p. 3 MPC-MG integra seminário nacional sobre transformação do controle externo na Bahia
- p. 5 MPC-MG participa de Encontro Técnico em Itabira
- p. 7 Iniciativa conjunta entre MPC-MG e TCE-MG aproxima estudantes da dinâmica do controle da gestão pública
- p. 9 MPC-MG participa da abertura do II ENIATC, em Belo Horizonte
- p. 11 Procurador do MPC-MG acompanha abertura do Sempre um Papo – TCE Cultural, com a escritora Ana Maria Gonçalves
- p. 13 MPC-MG aciona TCE-MG para fiscalizar pagamento abaixo do piso do magistério em Municípios mineiros
- p. 14 Belo Horizonte sediará, em maio, o X Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas
- p. 15 “Conhecendo o MPC” conecta estudantes da PUC Minas à engrenagem do controle externo
- p. 18 MPC-MG fortalece governança em evento regional do TCE-MG em Pouso Alegre
- p. 20 Procuradora do MPC-MG participa de audiências na ALMG sobre metas do Plano Estadual de Educação
- p. 22 Procurador-Geral do MPC recebe visita de Conselheiros aposentados do TCE-MG
- p. 23 MPC-MG participa de Encontro Técnico do TCE-MG em Ouro Preto
- p. 25 Procuradores do MPC-MG recebem distinções da Medalha da Inconfidência
- p. 28 MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte
- p. 37 MPC-MG participa de Encontro Técnico em Carandai
- p. 38 Procurador-Geral prestigia edição do Sempre Um Papo no TCE-MG com lançamento de biografia de Guimarães Rosa
- p. 39 MPC-MG prestigia II Encontro de Auditores de Controle Externo
- p. 41 Procuradora do MPC-MG recebe DGPE/TCE-MG e elenca demandas para o próximo plano estratégico do Tribunal

E AINDA...

- p. 42 MPC Cast 5ª temporada
- p. 43 Coluna jurisprudencia
- p. 51 Lex Data
- p. 52 MPC-MG em Números

MPC-MG prestigia cerimônias de posse de entidades representativas do controle externo

(continuação)

Cristina Andrade Melo (Procuradora e 1ª Tesoureira da Ampcon), Glaydson Massaria (Procurador) e Maria Cecília Borges (Procuradora).

Na votação para composição da lista, Maria Cecília Borges recebeu o maior número de votos; seguida por Sara Meinberg, Cristina Andrade Melo, Glaydson Massaria, Elke Moura e Daniel Guimarães. Após consulta sobre a aceitação dos nomes e diante de declinações formalizadas, a lista encaminhada ao Governador é composta por Maria Cecília Borges e Glaydson Massaria.

A reunião também incluiu a eleição do Corregedor para o mandato 2026-2028, conforme disciplina normativa interna. Na ocasião, Elke Moura foi eleita Corregedora, com maioria dos votos. ■

Inscrições abertas para o XIII Fórum Nacional do Ministério Público de Contas, em São Paulo

por Simone P. Lopes



Divulgação | MPC-MG.

Estão abertas as inscrições para o XIII Fórum Nacional do Ministério Público de Contas, que será realizado de 26 a 28 de agosto em São Paulo, com apoio do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG).

O encontro é promovido pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon) e ocorrerá na sede do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), reunindo Membros do Ministério Público de Contas de todo o país, além de Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Auditores de Controle Externo, Advogados e Especialistas.

Também apoiam a realização do evento o Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo (MPC-SP) e o próprio TCE-SP, compondo

uma articulação institucional voltada ao fortalecimento do controle externo.

Tendo como eixo conceitual “MPC em Movimento: práticas que se conectam em proteção dos direitos fundamentais”, a programação propõe um diálogo direto entre prática e reflexão sobre o controle externo e o aprimoramento das políticas públicas. Entre os destaques, estão painéis voltados ao controle das políticas de saúde, educação, meio ambiente, igualdade de gênero, pessoa idosa e pessoa com deficiência, além de discussões sobre emendas parlamentares, reforma tributária e fundos de previdência.

As vagas são limitadas. Faça sua inscrição **aqui**. ■

MPC-MG integra seminário nacional sobre transformação do controle externo na Bahia

por Simone P. Lopes

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais integrou, nos dias 26 e 27 de março, a programação do seminário “Controle Externo em Transformação: 15 anos do MPC-BA”, realizado em Salvador. O evento reuniu membros e servidores dos Ministérios Públicos de Contas e dos Tribunais de Contas de todo o país em torno de debates sobre novos paradigmas e práticas no controle da gestão pública.



Glaydson Massaria, Marcílio Barenco, Elke Moura e Cristina Andrade Melo. Acervo pessoal.

Representando o MPC-MG, o Procurador-Geral, Marcílio Barenco, participou como palestrante do terceiro painel da quinta-feira, dedicado ao tema “Consensualismo e controle externo: as vertentes de atuação dos Tribunais de Contas”. Em sua exposição, o Procurador apresentou reflexões sobre o uso do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) como instrumento de solução consensual, destacando o papel dos Tribunais de Contas na construção de soluções mais eficientes e colaborativas.

A programação contou ainda com a participação da Procuradora Cristina Andrade Melo, responsável por mediar o painel “Novos Paradigmas da Responsabilidade do Gestor Público”. Também acom-

panharam as atividades a Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, e o Procurador Glaydson Massaria.

No primeiro dia, as discussões se concentraram em temas como processo estrutural no controle externo, responsabilidade do gestor público e consensualismo, reunindo especialistas de diversas instituições para refletir sobre a transição de modelos estritamente sancionatórios para abordagens orientadas à efetividade das políticas públicas. No segundo dia, a programação abrangeu painéis voltados a boas práticas na gestão pública e ao uso de planos de ação no controle externo, além da palestra de encerramento.



O painel integrado por Marcílio Barenco. Foto: TCE-BA.



A Procuradora Cristina Andrade Melo no painel “Novos Paradigmas da Responsabilidade do Gestor Público”. Foto: TCE-BA.

MPC-MG integra seminário nacional sobre transformação do controle externo na Bahia (continuação)

Palestra de Marcílio Barenco

Marcílio Barenco apresentou uma leitura estruturada da atuação do controle externo a partir dos processos estruturais, abordagem voltada ao enfrentamento de problemas públicos complexos e persistentes, que não se resolvem por decisões isoladas. A análise dialoga com sua produção acadêmica sobre o tema, especialmente a obra mais recente, “Processo estrutural comparado”, da qual é um dos organizadores e autor de capítulo. Ao tratar das bases teóricas e das implicações práticas dessa perspectiva, destacou a natureza dos conflitos que exigem respostas institucionais articuladas e de longo prazo, bem como os desafios inerentes à sua condução, como o monitoramento contínuo e a coordenação entre múltiplos atores públicos.

Sua exposição também se conecta a outro eixo de sua pesquisa acadêmica, desenvolvido na obra “Termo de Ajustamento de Gestão: instrumento de composição no controle das despesas públicas”, ao abordar a incorporação de mecanismos consensuais no âmbito dos Tribunais de Contas, como o Termo de Ajustamento

de Gestão (TAG), instrumento que reposiciona o órgão de controle para além de sua função sancionadora, isto é, como parte da construção de soluções viáveis e monitoráveis para problemas estruturais.

No plano normativo, Barenco mencionou o Projeto de Lei nº 3/2025, que busca disciplinar o processo estrutural no Brasil, destacando sua base em técnicas dialógicas e colaborativas. O tema também foi debatido no primeiro painel do seminário, com a participação do professor Edilson Vitorelli, integrante da comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto, evidenciando a convergência entre formulação teórica e aplicação institucional no campo do controle externo.

Ao final, Barenco destacou o papel dos Tribunais de Contas e dos Ministérios Públicos de Contas na condução de soluções dessa natureza, enfatizando sua capacidade de enfrentar problemas sistêmicos com maior efetividade e de produzir resultados concretos na implementação de direitos fundamentais. ■



Marcílio Barenco durante sua apresentação. Foto: TCE-BA.

MPC-MG participa de Encontro Técnico em Itabira

por Simone P. Lopes

No dia 26 de março, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou do Encontro Técnico promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no Município de Itabira, com foco em “Planejamento, Gestão e Controle Social”.

A instituição foi representada por Giovanna Bonfante, Assessora da Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, que apresentou aos participantes

a atuação do MPC-MG no âmbito do contexto do controle externo. Também prestigiou o evento o Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo.

O evento reuniu cerca de 250 representantes de Municípios da região do Vale do Rio Doce na Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade. Após a abertura, foram realizadas exposições técnicas conduzidas por Auditores do Tribunal, abordando temas estruturantes da gestão pública, como planejamento estratégico, combate à fome, estratégia participativa e mecanismos de controle social, além do papel institucional do Ministério Público de Contas nesse arranjo.

No período da tarde, a programação teve continuidade na Faculdade UNA de Itabira, com a realização de oficinas práticas sobre gestão fiscal responsável, licitações e contratos, controle interno, transparência, previdência e *compliance* eleitoral.

As atividades integraram a proposta do encontro de capacitar gestores e agentes públicos, promovendo o fortalecimento da gestão pública e do controle social nos Municípios mineiros. ■



Giovanna Bonfante durante sua palestra. Acervo pessoal.



O dispositivo de honra. Acervo pessoal.

MPC-MG participa de Encontro Técnico em Itabira

(continuação)



O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo. Foto: TCE-MG.



O público presente. Foto: TCE-MG.



O público presente. Foto: TCE-MG.

Iniciativa conjunta entre MPC-MG e TCE-MG aproxima estudantes da dinâmica do controle da gestão pública

por Simone P. Lopes

No dia 25 de março, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais promoveu mais uma palestra do Projeto “Conhecendo o MPC”, em parceria com o Projeto Conhecer, iniciativa educativa promovida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG). Pela primeira vez, a atividade foi realizada em conjunto entre as duas instituições, com o objetivo de dialogar com estudantes universitários sobre o funcionamento do controle externo.



Os participantes. Foto: Gabriel Marques Ribeiro Guimarães.

A programação reuniu alunos dos cursos de Direito e Gestão Pública da Fessul (Faculdades de Ensino Superior), localizada no Município de Machado, que visitaram a sede do Tribunal para acompanhar, de perto, a atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização das contas públicas.

Representando o MPC-MG, Giovanna Bonfante, Assessora da Procuradora Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura, ministrou palestra com o objetivo de apresentar aos estudantes a estrutura e as atribuições do Órgão Ministerial e sua atuação junto ao Tribunal de Contas. Durante a exposição, foi abordado o papel do MPC na defesa da ordem jurídica, na fiscaliza-

ção da Administração Pública e na promoção da transparência. Por sua vez, a Coordenadora da Pós-Graduação da Escola de Contas do TCE-MG, Luciana Raso, apresentou a estrutura e as atribuições da Corte de Contas, com ênfase em sua função fiscalizatória e na interlocução com o Poder Legislativo e a sociedade.

Com a atividade, os universitários puderam compreender melhor de que modo as funções exercidas pelo Tribunal e pelo Parquet de Contas se complementam para o acompanhamento do uso dos recursos públicos e quais são os mecanismos disponíveis para o exercício do controle social.

**Iniciativa conjunta entre MPC-MG e TCE-MG aproxima
estudantes da dinâmica do controle da gestão pública**
(continuação)



Giovanna Bonfante durante sua palestra. Foto: Gabriel Marques Ribeiro Guimarães.



O público presente. Foto: Gabriel Marques Ribeiro Guimarães.

SAIBA MAIS

O Projeto Conhecer, criado em 2003, busca aproximar estudantes do funcionamento dos Tribunais de Contas, promovendo o entendimento sobre a fiscalização dos recursos públicos e incentivando o controle social. ■

MPC-MG participa da abertura do II ENIATC, em Belo Horizonte

por LÍLIAN DE OLIVEIRA

No dia 30 de março, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais prestigiou o II Encontro Nacional de Inteligência Artificial dos Tribunais de Contas (ENIATC), realizado no Minascentro, em Belo Horizonte. O Órgão Ministerial foi representado pelo Subprocurador-Geral e 1º Diretor Executivo da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Daniel Guimarães; pela Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg; pela Procuradora-Ouvidora, Elke Moura; e pela Procuradora Maria Cecília Borges.



Elke Moura, Sara Meinberg, Maria Cecília Borges e Daniel Guimarães. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

O evento – que reuniu em torno de uma agenda comum mais de 2 mil participantes e contou com representantes dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal, de 280 Municípios mineiros e dos 33 Tribunais de Contas do país – foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), e contou com apoio de diversas entidades representativas do Sistema Controle Externo.

A abertura, que articulou referências culturais e inovação tecnológica, teve a apresentação da Orquestra de Violeiros de Ouro Branco e demonstrações de ferramentas digitais, sinalizando o eixo central do evento: a convivência entre tradição institucional e transformação tecnológica.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG e 1º Diretor Executivo da Ampcon, Daniel Guimarães. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Entre os destaques, estiveram a participação de um robô no dispositivo de honra e a apresentação da assistente virtual “Verê”, desenvolvida pelo TCE-MG. A ferramenta tem capacidade de analisar dados, responder com agilidade e apoiar a tomada de decisões, além de ampliar a transparência das ações institucionais.

Durante os pronunciamentos, o Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, destacou a importância de orientar o uso da inteligência artificial com responsabilidade, transparência e compromisso com o cidadão. Também discursaram o Presidente do IRB, Inaldo da Paixão, e o Presidente da Atricon, Edilson Silva, que ressaltaram o papel da tecnologia no aprimoramento das atividades de controle externo e na modernização da gestão pública.

MPC-MG participa da abertura do II ENIATC, em Belo Horizonte

(continuação)



O dispositivo de honra. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O público. Foto: Atricon.

MESA DE HONRA

Além de Daniel Guimarães, compuseram a mesa de honra: o Presidente da Atricon, Edilson Silva; o Presidente do IRB, Conselheiro Inaldo Paixão; o Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo; a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dwek; o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Aroldo Cedraz; a ex-Ministra do TSE Edilene Lôbo; o Presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Conselheiro Nelson Pelegrino; o Vice-Presidente de Tecnologia e Inovação da Atricon, Conselheiro Ricardo Ezequiel Torres; o Coordenador-Geral da Rede STI e IA dos Tribunais de Contas, Conselheiro Alisson Alencar; o Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas da Angola, Manoel da Cruz Neto; o Primeiro Vice-Presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e Prefeito de Iguatama, Lucas Vieira Lopes; e o Diretor Presidente da Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte (Prodabel), Fernando Lopes, representando o Prefeito da capital mineira. Como parte da inovação do evento, um robô também integrou a mesa de autoridades.

Com informações do TCE-MG. ■

Procurador do MPC-MG acompanha abertura do Sempre um Papo – TCE Cultural, com a escritora Ana Maria Gonçalves

por LÍLIAN DE OLIVEIRA

No dia 31 de março, o Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Glaydson Massaria acompanhou a abertura da programação de 2026 do projeto Sempre um Papo – TCE Cultural, iniciativa que mobiliza literatura e reflexão crítica como instrumentos de aproximação entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e a sociedade.



Glaydson Massaria e Durval Ângelo. Foto: TCE-MG.

O evento recebeu no Auditório Vivaldi a escritora Ana Maria Gonçalves, autora do aclamado romance “Um Defeito de Cor”, para um encontro dedicado à discussão de temas como memória, identidade e formação social do Brasil, presentes em sua obra. A conversa, conduzida pelo Diretor de Tecnologia da Informação do TCE-MG, Alexandre Souza da Silva, percorreu questões como memória, identidade e formação social do Brasil.

A recepção à escritora foi marcada pela apresentação do Coral Afro Vozes – Vozes de Caxambu, composto por crianças e adolescentes do Quilombo de Caxambu, localizado no Município de Rio Piracicaba (MG). Ao final, o Procurador Glaydson Massaria cumprimentou os integrantes do grupo, em um gesto espontâneo de carinho que marcou o encontro.



As crianças do coral durante apresentação. Foto: TCE-MG.



Alexandre Souza da Silva e Ana Maria Gonçalves. Foto: TCE-MG.

Na ocasião, Ana Maria Gonçalves, imortal da Academia Brasileira de Letras, foi agraciada com o Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim, maior honraria concedida pelo TCE-MG.

O evento reuniu autoridades e representantes de diversas instituições, entre eles, o Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo; o Conselheiro aposentado Sebastião Helvecio; a Presidente da Copasa, Maria Carvalho de Melo;

Procurador do MPC-MG acompanha abertura do Sempre um Papo – TCE Cultural, com a escritora Ana Maria Gonçalves

(continuação)



Glaydson Massaria com as crianças do coral. Foto: TCE-MG.

e a Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), Juliana Vignoli Cordeiro.

Fruto da parceria entre o TCE Cultural e o projeto Sempre um Papo, a iniciativa projeta a cultura como espaço de mediação democrática, em que a reflexão literária contribui para qualificar o debate público e ampliar a compreensão social sobre temas estruturantes da atuação estatal.

Assista ao bate-papo na íntegra [aqui](#).

Sobre a obra [contém spoiler]

Lançado em 2006 e considerado uma das mais densas reconstruções ficcionais da experiência da diáspora africana no Brasil, “Um Defeito de Cor” articula literatura, lastro historiográfico e reflexão crítica sobre as engrenagens da escravidão. De agora em diante, aviso de spoiler!

A narrativa é, em sua essência, uma longa carta. Quem escreve é Kehinde, uma mulher africana sequestrada ainda criança no Reino de Daomé (atual Benim) e trazida ao Brasil sob o regime escravocrata. Já idosa e cega, ela decide contar sua história ao filho, de quem foi separada. Inspirada em figuras históricas como Luisa Mahin, heroína da Revolta dos Malês – movi-

mento de escravizados de Salvador em 1835 e mãe do abolicionista e advogado Luís Gama –, a obra combina pesquisa histórica consistente com uma escrita literária que aproxima, envolve e desloca. O resultado é um romance que tensiona as fronteiras entre ficção e história.

E tem um “detalhe” que muda tudo quando é compreendido: o título. “Defeito de cor” é um termo jurídico do período colonial usado para restringir pessoas negras a determinados espaços, cargos e direitos. Existia, inclusive, a chamada “dispensa do defeito de cor”, autorização excepcional que escancarava como o Direito operava para criar, legitimar e administrar desigualdades.

Ao trazer essa discussão para o centro do Tribunal de Contas, o encontro reforça o potencial da literatura como ferramenta de leitura crítica da realidade. A obra de Ana Maria Gonçalves, nesse sentido, confronta permanências históricas que ainda atravessam a sociedade brasileira e constituem desafios para que as instituições públicas, inclusive no campo do controle, construam políticas públicas mais justas e efetivas. Não por acaso, em 2023, o romance foi eleito o melhor livro brasileiro do século XXI, em votação promovida pela Folha de S.Paulo. Em 2026, inspirou o samba-enredo da Portela. ■



Capa do Livro "Um defeito de cor". Divulgação.

MPC-MG aciona TCE-MG para fiscalizar pagamento abaixo do piso do magistério em Municípios mineiros

por Simone P. Lopes

EDUCAÇÃO

Divulgação | MPC-MG.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais requereu ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) a realização de inspeção extraordinária nos Municípios mineiros para apurar possíveis irregularidades no cumprimento do piso salarial nacional do magistério. O pedido foi subscrito pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco Corrêa de Mello, por meio do Ofício nº 168/2026/PG/MPC, encaminhado no dia 7 de abril.

O pedido fundamenta-se em dados que revelam falhas generalizadas no pagamento do piso aos profissionais da educação básica. De acordo com levantamento mencionado no Ofício, apenas 14% dos 853 Municípios de Minas Gerais cumprem integralmente o piso nacional estabelecido pela Lei federal nº 11.738/2008.

Em razão disso, o MPC-MG pleiteia que a inspeção alcance todos os Municípios classificados com níveis “alto, médio e baixo” de aderência ao piso, conforme parâmetros adotados pelo próprio TCE-MG. A medida busca aferir a regularidade dos pagamentos e investigar eventuais

ilegalidades na gestão dos recursos destinados à educação.

No Ofício, o Procurador-Geral destacou que o piso nacional do magistério constitui instrumento estruturante de valorização dos profissionais da educação e não admite flexibilizações. A norma estabelece um patamar remuneratório mínimo obrigatório, voltado à redução de desigualdades salariais e à garantia de condições dignas de trabalho aos profissionais da educação básica.

A iniciativa do *Parquet* de Contas também se ancora na competência constitucional dos Tribunais de Contas para o exercício do controle externo, especialmente no que concerne à fiscalização da aplicação de recursos públicos e à verificação da legalidade e legitimidade dos atos administrativos.

Além de identificar irregularidades, a atuação tem caráter orientativo, a fim de contribuir para a adequada conformidade dos gestores às exigências legais. ■

Belo Horizonte sediará, em maio, o X Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

por Simone P. Lopes



Divulgação.

Entre os dias 19 e 22 de maio, Belo Horizonte será palco do X Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, um dos principais encontros voltados ao debate sobre governança, controle externo e aprimoramento das políticas públicas.

Promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), o evento se apresenta como espaço de articulação entre diferentes atores do controle e da gestão pública em torno de troca de experiências e da construção de soluções para os desafios contemporâneos da Administração Pública.

Com o tema “A Essencialidade dos Tribunais de Contas, o Direito ao Desenvolvimento, a Cida-

dania e os Direitos Humanos – controlar para melhorar a vida das pessoas”, a edição de 2026 propõe uma reflexão sobre o papel das instituições de controle na promoção de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e orientadas ao interesse social.

A programação inclui painéis, palestras e espaços de diálogo que favorecem a troca de experiências e o fortalecimento das práticas institucionais, com foco na transparência, na efetividade das ações governamentais e na garantia de direitos.

As inscrições são gratuitas e já estão abertas. Informações sobre programação completa, inscrições e hospedagem estão disponíveis **no site oficial do evento.** ■



Igreja São Francisco de Assis, na Pampulha | Pexels.

“Conhecendo o MPC” conecta estudantes da PUC Minas à engrenagem do controle externo

por Simone P. Lopes

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais realizou, nos dias 7 e 8 de abril, mais uma edição do projeto “Conhecendo o MPC”, iniciativa voltada à formação cidadã e à ampliação do conhecimento sobre o controle externo. Desenvolvida em parceria com o Tribunal de Contas, por meio do Projeto Conhecer, a iniciativa reuniu estudantes da PUC Minas. O objetivo central foi integrar o conteúdo acadêmico à realidade prática de um órgão que, embora essencial para a integridade da gestão pública, ainda é pouco explorado nas grades curriculares universitárias e no debate social.

Do desconhecimento à participação

Sob a coordenação da Procuradora-Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura, o projeto busca preencher a lacuna de informação sobre o órgão. Enquanto apresenta uma estrutura técnica, a ação pedagógica detalha como o Ministério Público de Contas atua na defesa do interesse coletivo, funcionando como uma sentinela da legalidade e da eficiência dos gastos públicos.



Os participantes conhecem a Escola de Contas. Foto: TCE-MG.



Estudantes visitam o Plenário. Foto: TCE-MG.

"Conhecendo o MPC" conecta estudantes da PUC Minas à engrenagem do controle externo

(continuação)

- **No dia 7**, a condução foi de Alan de Andrade Pereira, Assessor da Procuradora-Ouvidora.



Alan de Andrade Pereira em sua palestra. Foto: TCE-MG.

- **No dia 8**, a apresentação coube a Bárbara Muzzi, Chefe de Gabinete do Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães.



Bárbara Muzzi ministra palestra. Foto: TCE-MG.

Ambas as sessões detalharam as atribuições que tornam o MPC singular, como a capacidade de provocar o Tribunal e zelar pela correta aplicação das leis orçamentárias, transformando conceitos jurídicos complexos em instrumentos de cidadania.

A programação incluiu visita guiada ao Plenário, ao Salão da Presidência e à Casa dos Con-

tos (centro de memória), permitindo que os alunos visualizassem a dimensão do sistema de controle. O grupo também foi recebido pelo Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, o que reforçou a abertura das instituições ao olhar crítico da sociedade.

"Conhecendo o MPC" conecta estudantes da PUC Minas à engrenagem do controle externo

(continuação)

A professora Luciana Raso, Coordenadora de Pós-Graduação da Escola de Contas, mediou a conexão entre a teoria do controle externo e os desafios práticos enfrentados pelo Tribunal no cotidiano da fiscalização. ■



Os participantes do 1º dia. Foto: TCE-MG.



O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, recebe estudantes no Salão da Presidência. Foto: TCE-MG.



Os participantes. Foto: TCE-MG.

MPC-MG fortalece governança em evento regional do TCE-MG em Pouso Alegre

por Simone P. Lopes

No dia 9 de abril, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais integrou a agenda do Encontro Técnico 2026, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG). Sediado na Câmara municipal de Pouso Alegre, no Sul de Minas, o evento reuniu cerca de 300 participantes, provenientes de mais de 50 Municípios da região, entre gestores públicos, vereadores e servidores.



Fabiano Nunes, Tatiana Luzia, Luiza Madeira Boson Gamboji, Filipi Carvalho e Anderson Sampaio. Acervo pessoal.

Pelo MPC-MG, a Assessora do Procurador Glaydson Massaria, Tatiana Luzia, conduziu palestra que situou o controle externo no interior das decisões administrativas. A abordagem destacou a atuação do órgão em momentos críticos da gestão, sobretudo na prevenção de irregularidades e na análise técnica de políticas públicas.



Tatiana Luzia durante sua apresentação. Acervo pessoal.

MPC-MG fortalece governança em evento regional do TCE-MG em Pouso Alegre

(continuação)

Na abertura, o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Durval Ângelo, trouxe para o centro da discussão um tema recorrente nos Municípios: as fragilidades nas rotinas de compras públicas. Diante de um auditório composto por gestores e representantes locais, o encontro ganhou contornos práticos, ancorado em problemas que atravessam o dia a dia da Administração.



O Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, durante sua fala. Foto: TCE-MG.



O público presente. Foto: TCE-MG.

A programação incluiu debates sobre estratégia municipal, controle social e boas práticas na Administração Pública. A iniciativa integra a agenda do TCE-MG de interiorização das ações de orientação e capacitação, aproximando o controle externo dos gestores e da sociedade. ■

Procuradora do MPC-MG participa de audiências na ALMG sobre metas do Plano Estadual de Educação

por Simone P. Lopes

No dia 9 de abril, a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e 1ª Tesoureira da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Cristina Andrade Melo, participou de audiências públicas promovidas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Por parte do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, esteve presente o Conselheiro Substituto Telmo Passareli.



A Procuradora Cristina Andrade Melo e, à direita, o Conselheiro Substituto do TCE-MG, Telmo Passareli. Acervo pessoal.

As reuniões integraram o programa Assembleia Fiscaliza e tiveram como foco o acompanhamento do cumprimento de metas do Plano Estadual de Educação (PEE).

Pela manhã, a audiência concentrou-se na **Meta 1 – Educação Infantil**, que prevê tanto a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos quanto a ampliação do acesso às creches para, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos. Os dados apresentados mostraram que, embora o atendimento à faixa de 4 e 5 anos esteja em torno de 96%, ainda não se atingiu a universalização. No caso das creches, o índice permanece em aproximadamente 40%, revelando um déficit persistente.

No período da tarde, o foco foram as **Metas 2 e 5**, voltadas para o ensino fundamental. Elas tratam, respectivamente, (i) da universalização do ensino fundamental de nove anos para a população de 6 a 14 anos de idade, com a garantia de que, no mínimo, 95% dos estudantes con-



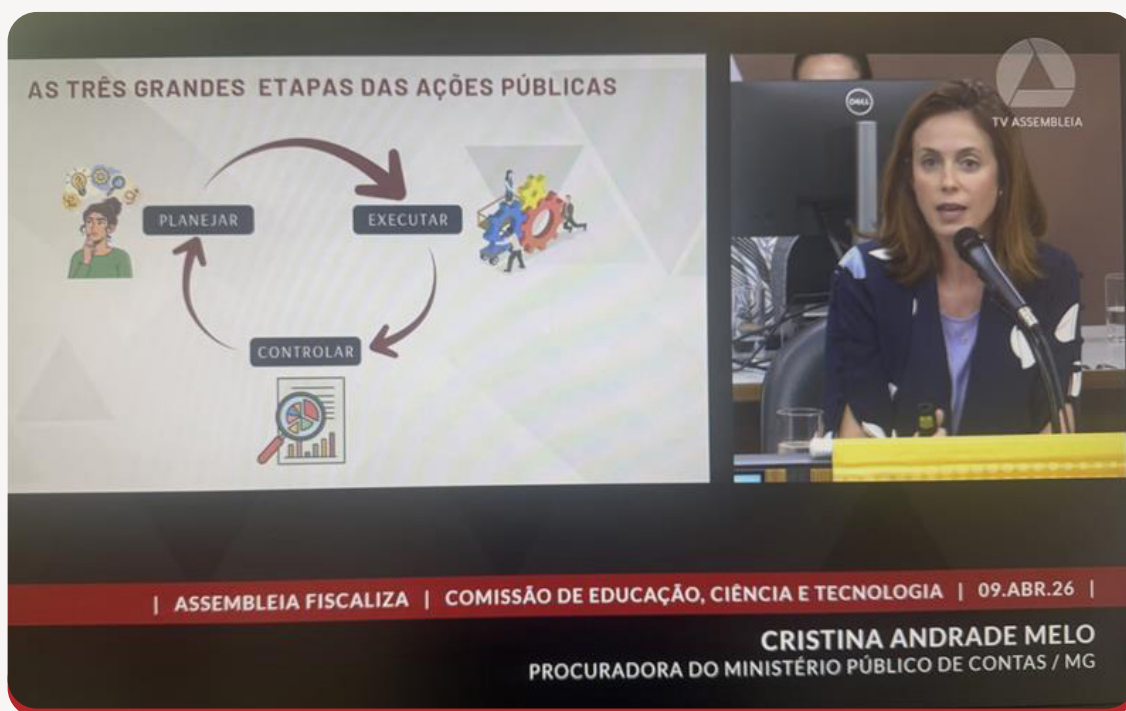
Cristina Andrade durante sua fala.
Foto: Henrique Chendes | ALMG.

Procuradora do MPC-MG participa de audiências na ALMG sobre metas do Plano Estadual de Educação

(continuação)

cluem essa etapa da educação na idade recomendada até o final do último ano de vigência deste PEE; e (ii) da necessidade de que todas as crianças sejam alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental, respeitando os tempos de aprendizagem de estudantes com deficiência e transtornos.

O debate ressaltou que o cumprimento dessas metas depende tanto de diretrizes pedagógicas quanto de investimentos contínuos em formação docente, infraestrutura escolar e avaliação educacional.



Cristina Andrade Melo durante sua apresentação. Reprodução: TV Assembleia.

A Procuradora apresentou números que revelam a faceta contrária dos percentuais de atendimento: 329 mil crianças em todo o Brasil estão fora da pré-escola e 2,3 milhões da população de 0 a 3 anos não frequenta creche por dificuldade de acesso.

A análise desses números aponta para um problema conhecido, mas ainda não superado: a forte dependência da capacidade financeira e administrativa dos Municípios, responsáveis diretos pela oferta de vagas, sobretudo em creches. Na avaliação de Cristina Andrade Melo, o acompanhamento dessas metas exige ir além dos percentuais de atendimento, incorporando a análise do fluxo de recursos, da execução orçamentária e da efetividade do gasto público destinado à educação infantil.

Assista à fala da Procuradora [aqui](#).



Imagem ilustrativa | Pixabay.

Procurador-Geral do MPC recebe visita de Conselheiros aposentados do TCE-MG

por Simone P. Lopes

14 de abril

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, recebeu a visita do Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Vice-presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa (IRB), Sebastião Helvecio.



Sebastião Helvecio e Marcílio Barenco.
Acervo pessoal.

O encontro foi realizado no dia 14 de abril, nas dependências do *Parquet* Especial mineiro. Na ocasião, o Procurador-Geral presenteou Sebastião Helvecio com um exemplar da obra “Processo Estrutural Comparado”, fruto de seu pós-doutoramento.

Para Marcílio Barenco, o Conselheiro Sebastião Helvecio é uma referência de compromisso público e dedicação ao controle externo.

“

Mesmo após a aposentadoria, segue atuando de forma incansável no Instituto Rui Barbosa, promovendo debates, organizando eventos e contribuindo ativamente para o aprimoramento das instituições. É um exemplo de ser humano e de agente público, sempre guiado pelo compromisso com o bem comum, além de ter sido um dos constituintes da Constituição Mineira de 1989.■

Marcílio Barenco

”

16 de abril

Marcílio Barenco recebeu a visita de Wanderley Ávila e José Alves Viana, Conselheiros aposentados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.



O Conselheiro aposentado Wanderley Ávila, Marcílio Barenco e o Conselheiro aposentado José Alves Viana.
Acervo pessoal.

O encontro, que ocorreu nas dependências do MPC-MG, teve caráter institucional, orientado pela troca de experiências e pela discussão de temas relevantes em prol da boa gestão pública.

Procuradora do MPC-MG participa de audiências na ALMG sobre metas do Plano Estadual de Educação

(continuação)

Na ocasião, Barenco destacou a trajetória dos Conselheiros e a permanência de sua contribuição

“São referências que ajudaram a construir e consolidar o Sistema Tribunal de Contas. Mesmo aposentados, seguem presentes, participando de debates, eventos e reflexões importantes para o aperfeiçoamento da Administração Pública. É algo que revela, de forma muito clara, o compromisso e o vínculo que mantêm com essa missão institucional.”

Marcílio Barenco

MPC-MG participa de Encontro Técnico do TCE-MG em Ouro Preto

por Simone P. Lopes



O dispositivo de honra do evento. Foto: Foto: Vinícius Dias | TCE-MG.

No dia 16 de abril, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou da 5ª edição do Encontro Técnico “TCE-MG e os Municípios – Planejamento, gestão e controle social”, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em Ouro Preto.

Representando o MPC-MG, a Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg integrou o dispositivo de honra da abertura do evento, realizada no Teatro Municipal Casa da Ópera, que reuniu gestores públicos, servidores e representantes de Municípios da região.

Durante a programação, a Procuradora-Corregedora também ministrou palestra sobre a

atuação institucional do Ministério Público de Contas, abordando suas atribuições constitucionais e o papel do órgão no fortalecimento do controle externo e no aperfeiçoamento da Administração Pública.

Na abertura do encontro, o Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição da Essencialidade para o fortalecimento do controle externo e reforçou a atuação orientadora e preventiva dos Tribunais de Contas.

Por sua vez, a Procuradora-Corregedora do Parquet Especial, Sara Meinberg, apresentou as atribuições constitucionais do Ministério Público de Contas, destacando a atuação do

MPC-MG participa de Encontro Técnico do TCE-MG em Ouro Preto (continuação)

órgão autônomo e essencial ao sistema de controle, ressaltando sua atuação preventiva, orientadora e resolutiva em diálogo com os jurisdicionados.



Sara Meinberg durante sua fala. Foto: Vinícius Dias | TCE-MG.



Sara Meinberg durante sua fala. Foto: Vinícius Dias | TCE-MG.



O Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, durante seu discurso.
Foto: Vinícius Dias | TCE-MG.



O público presente. Foto: Vinícius Dias | TCE-MG.

O Encontro Técnico integra agenda itinerante promovida pelo TCE-MG para ampliar o diálogo com gestores municipais e fomentar boas práticas em planejamento, gestão e controle social. Nessa edição, reuniu cerca de 200 gestores e gestoras, servidores, servidoras e outros representantes de 23 cidades da região. ■

Procuradores do MPC-MG recebem distinções da Medalha da Inconfidência

por Simone P. Lopes

No dia 21 de abril, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco, e a Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg, foram agraciados, em Ouro Preto, com honrarias da Medalha da Inconfidência, uma das mais tradicionais distinções concedidas pelo Estado de Minas Gerais.



Marcílio Barenco e Sara Meinberg. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Marcílio Barenco recebeu a Grande Medalha, enquanto Sara Meinberg foi distinguida com a Medalha de Honra. As comendas reconhecem personalidades e instituições cujas trajetórias revelam contribuição relevante à vida pública, ao desenvolvimento institucional e aos valores democráticos.

Concedida tradicionalmente no Dia de Tiradentes, a honraria foi criada em 1952 e reverencia nomes que se destacam em favor do progresso social, político e institucional de Minas Gerais e do país. A cerimônia reuniu autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes de universidades e de diversas entidades civis.



O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, ao lado de demais autoridades agraciadas. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Na ocasião, Marcílio Barenco ressaltou o significado simbólico da homenagem e sua relação com Minas Gerais, Estado onde construiu sua trajetória pública.



Marcílio Barenco recebe a Grande Medalha do Governador de Minas Gerais, Mateus Simões. Foto: Vinícius Dias | TCE-MG.

Procuradores do MPC-MG recebem distinções da Medalha da Inconfidência

(continuação)

“

Ser condecorado com a Medalha da Inconfidência, em uma data que celebra a liberdade e a coragem cívica, é uma honra profundamente simbólica. A Inconfidência, além de representar um capítulo singular da história mineira, remete-nos ao legado republicano que nos convoca, permanentemente, à defesa da justiça, da liberdade e do interesse público.

Marcílio Barenco



Sara Meinberg recebe a Medalha de Honra do Presidente da ALMG, Tadeu Leite. Foto: Vinícius Dias | TCE-MG.



A Procuradora-Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Por sua vez, a Procuradora-Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg, também falou sobre a importância da condecoração:

“

Receber a Medalha da Inconfidência é motivo de imensa alegria no coração. A homenagem eleva meu senso de responsabilidade, além de ser motivo de gratidão pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido com a contribuição e esforços de toda uma equipe de servidores do MPC-MG comprometidos com a coisa pública. É também uma afirmação do propósito de pautar minha conduta na busca da juridicidade, fazendo o que é correto, justo e adequado.

Sara Meinberg

”



O Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Governador de Minas Gerais, Mateus Simões. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Procuradores do MPC-MG recebem distinções da Medalha da Inconfidência

(continuação)



O Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tadeu Leite. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo de Araújo Santos. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O dispositivo de abertura do evento. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

SAIBA MAIS:

Criada pela Lei nº 882, de 28 de julho de 1952, pelo então Governador Juscelino Kubitschek, a Medalha da Inconfidência celebra valores históricos associados à liberdade e à construção democrática, em rito que inclui a transferência simbólica da capital para Ouro Preto. A honraria é dividida em quatro graus: Grande Colar, Grande Medalha, Medalha de Honra e Medalha da Inconfidência.

Confira a lista completa dos agraciados deste ano **aqui.** ■

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

por Simone P. Lopes



O dispositivo de abertura do evento. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG) participou, no dia 22, como correalizador, do Seminário Direito Administrativo Sancionador, Regulação e Órgãos de Controle (DASROC), promovido em Belo Horizonte pelo Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (Idasan). A iniciativa contou também com correalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e com o apoio do Grupo de Direito Administrativo da UFMG (GDA) e a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas (Asscontas).

Em sua primeira edição em solo mineiro, o DASROC reuniu especialistas, membros do sistema de controle e operadores do Direito para debater temas contemporâneos ligados à atividade sancionadora, à regulação e ao controle externo.

O MPC-MG esteve representado pelo Procurador-Geral e Presidente da Ampcon, também

Diretor Regional do Idasan, Marcílio Barenco; pelo Subprocurador-Geral e 1º Diretor Executivo da Ampcon, Daniel Guimarães; e pela Procuradora e 1ª Tesoureira da Ampcon, Cristina Andrade Melo.

ABERTURA

O dispositivo de abertura foi composto por Marcílio Barenco, pelo Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo; pelo Presidente do Idasan, Rafael Matos Cardoso; e pelo Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão.

Em sua manifestação inicial, Barenco, destacou o significado de Minas Gerais sediar uma edição do seminário, sublinhando a relevância de se aprofundar, no âmbito do controle externo, os debates sobre os instrumentos e limites da atuação sancionadora do Estado.

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

(continuação)

“É um momento ímpar para Minas Gerais receber uma edição do Idasan e discutir, no âmbito do controle, questões relacionadas ao Direito Administrativo Sancionador.

Marcílio Barenco”

O Procurador-Geral também agradeceu a parceria institucional entre o MPC-MG, o Idasan e o TCE-MG, além do empenho das equipes envolvidas na organização do evento. Segundo ele, a proposta do seminário era criar um ambiente propício à troca de experiências e ao amadurecimento institucional, permitindo que os participantes ampliassem suas perspectivas a partir das discussões realizadas e “saíssem maiores do que entraram”.



O Procurador-Geral do MPC-MG, Diretor Regional do Idasan e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, durante sua fala.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Na sequência, o Presidente do Idasan, Rafael Matos Cardoso, destacou o caráter plural e reflexivo do encontro, defendendo o Direito Administrativo Sancionador como campo em permanente construção. Ao mencionar o poema “Papel”, de Carlos Drummond de Andrade, ressaltou a importância de manter abertura ao diálogo, à crítica e à revisão de ideias. “Não há nada escrito em pedra”, pontuou, enfatizando que tanto o ambiente acadêmico quanto o institucional devem ser pautados pela troca e pela disposição constante à reflexão.



O Presidente do Idasan, Rafael Matos Cardoso.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Cardoso também relembrou o perfil itinerante do DASROC, que já passou por diferentes Estados brasileiros, e observou que a programação em Minas Gerais foi pensada de forma específica para dialogar com a realidade e os desafios enfrentados pelos Tribunais de Contas. Ao final, agradeceu a parceria do MPC-MG e do TCE-MG na realização do seminário, e afirmou que o encontro buscou proporcionar “excelentes momentos de reflexão e troca”.



O Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

(continuação)



O dispositivo de abertura do evento. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Encerrando a abertura institucional, o Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, destacou a pertinência do seminário diante do atual contexto do controle externo no país, marcado por recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e pelo fortalecimento das atribuições sancionatórias dos Tribunais de Contas.

Ao rememorar a trajetória histórica do controle externo no Brasil, Durval Ângelo chamou aten-

ção para o fato de que a ampliação das competências sancionatórias dessas instituições traz consigo responsabilidades igualmente ampliadas. Segundo ele, o momento exige atenção redobrada ao devido processo legal, ao contraditório, à ampla defesa e à melhoria contínua das práticas de controle. “Isso aumenta a nossa responsabilidade”, afirmou.



O Subprocurador-Geral, Daniel de Carvalho Guimarães; e a Procuradora Cristina Andrade Melo.

Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

(continuação)

OS PAINÉIS

A programação foi composta por quatro painéis temáticos. **No primeiro, “Direito Administrativo Sancionador nas Agências Reguladoras”**, debateram o Livre-Docente da Universidade de São Paulo e ex-Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais Onofre Alves Batista Junior; o Diretor-Geral da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig), Breno Longobucco; e Matheus Moreira, do Idasan, com moderação de Luciana Raso, da Escola de Contas do TCE-MG.



Painel 1: “Direito Administrativo Sancionador nas Agências Reguladoras”. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Raphael Cardoso (à dir.) entrega certificado de participação aos integrantes do painel 1: Matheus Moreira, Luciana Raso, Onofre Alves e Breno Longobucco. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

(continuação)

O segundo painel, “Direito Administrativo Sancionador nos Tribunais de Contas: impactos da LINDB”, reuniu o Conselheiro em exercício do TCE-MG e associado do Idasan Licurgo Mourão; a Advogada e associada do Idasan Maria Fernanda Pires; e a Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG e Professora da UFMG, Maria Tereza Fonseca Dias, sob moderação de Marcílio Barenco.



Painel 2: “Direito Administrativo Sancionador nos Tribunais de Contas: impactos da LINDB”. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Raphael Cardoso (à dir.) entrega certificado de participação aos integrantes do segundo painel: Licurgo Mourão, Marcílio Barenco, Maria Fernanda Pires e Maria Tereza Fonseca Dias. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

(continuação)

À tarde, o **terceiro painel tratou do “Direito Administrativo Sancionador sob a ótica das Corregedorias (PAD e PAR)”**, com exposições da Advogada, integrante do TCE-MG e Diretora Regional do Idasan, Renata Costa Rainho; do Subcontrolador de Correição da Prefeitura de Belo Horizonte e associado do Idasan, Daniel Martins Avelar; e do Diretor Jurídico e de *Compliance* da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), Daniel Lança, com moderação do Corregedor-Geral do Estado de Minas Gerais, Uriel Brandão de Rezende Alvim Segundo.



Painel 3: “Direito Administrativo Sancionador sob a ótica das Corregedorias (PAD e PAR)”. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Daniel Martins Avelar, Uriel Brandão, Daniel Lança e Renata Rainho – integrantes do painel 3 – recebem certificado de participação do Presidente do Idasan (à dir.). Foto: Hernando Garcia | TCE-MG.

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

(continuação)

Por fim, o **painel “Direito Administrativo Sancionador e o Controle Jurisdicional”** contou com as contribuições de Aristhea Totti, Advogada da União na Advocacia-Geral da União e associada do Idasan; Gustavo Baião Vilela, Juiz Federal; Felipe Martins Pinto, Professor da UFMG e Advogado; e moderação de Mariana Bueno Resende, Assessora de Conselheiro no TCE-MG e Professora.



O último painel, com o tema “Direito Administrativo Sancionador e o Controle Jurisdicional”. Foto: Ana Lima | MPC-MG.



Os integrantes do último painel recebem certificado de participação das mãos do Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão (ao centro): Gustavo Baião Vilela, Mariana Bueno Resende, Felipe Martins Pinto e Aristhea Totti.

Foto: Ana Lima | MPC-MG.

O seminário foi transmitido ao vivo no canal do TCE-MG no YouTube e a íntegra pode ser acessada [aqui](#).

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

(continuação)

Ao longo do evento, também houve sorteio de livros aos participantes, confira.



Jacqueline Soares de Paula, servidora do MPC-MG, ao lado de Matheus Moreira, autor do livro com o qual foi contemplada em sorteio. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Daniel Martins e Avelar entrega exemplar de obra de sua autoria a participante sorteado. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Marcílio Barenco entrega à participante sorteada exemplar de livro organizado por ele. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Ariane Shermam (à esq.) ao lado da participante sorteada com livro de sua autoria. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Renata Rainho entrega exemplar de livro de sua autoria à participante sorteada. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Marcílio Barenco entrega à participante sorteada exemplar de livro recém-lançado, sob sua organização. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG integra realização de evento sobre Direito Administrativo Sancionador em Belo Horizonte

(continuação)



Mariana Rezende com participante sorteada com obra de sua autoria. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Ludmila de Andrade Torres – servidora no MPC-MG – recebe de Marcílio Barenco exemplar de livro recém-lançado, sob sua organização. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O dispositivo de abertura do evento. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O público presente. Acervo pessoal.■

MPC-MG participa de Encontro Técnico em Carandaí

por Simone P. Lopes

No dia 23 de abril, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou do Encontro Técnico promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) em Carandaí, iniciativa voltada ao fortalecimento da gestão pública dos Municípios e à orientação de agentes públicos e sociedade sobre controle externo, transparência e cidadania.



A Assessora da Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo, Ana Carolina de Souza e Silva, durante sua palestra.
Foto: Daniele Fernandes | TCE-MG.

A abertura do evento foi conduzida pelo Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo. Representando o MPC-MG, Ana Carolina de Souza e Silva, Assessora da Procuradora e 1ª Tesoureira da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Cristina Andrade Melo, ministrou palestra sobre as competências constitucionais e institucionais do Ministério Público de Contas. Durante a exposição, foram apresentados o papel do órgão na fiscalização da Administração Pública, sua atuação em defesa do interesse coletivo e sua contribuição para o aprimoramento das políticas e da governança pública.



O dispositivo de honra do evento.
Foto: Daniele Fernandes | TCE-MG.



O Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, durante sua fala.
Foto: Daniele Fernandes | TCE-MG.

A participação de Ana Carolina integra o Projeto “Conhecendo o MPC”, coordenado pela Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, e compõe a programação oficial dos Encontros Técnicos e busca aproximar a sociedade da missão institucional do Ministério Público de Contas. ■

Procurador-Geral prestigia edição do Sempre Um Papo no TCE-MG com lançamento de biografia de Guimarães Rosa

por Simone P. Lopes

Na noite do dia 23 de abril, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, participou de mais uma edição do projeto Sempre Um Papo – TCE Cultural, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que recebeu o jornalista e escritor Leonencio Nossa para o lançamento da obra “João Guimarães Rosa: Biografia”.



Marcílio Barenco, Durval Ângelo e Leonencio Nossa.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Antes do evento aberto ao público, Marcílio Barenco participou de momento de recepção ao autor, com oportunidade de diálogo, registro e sessão de autógrafos. Em seguida, acompanhou o encontro realizado no Auditório do TCE-MG, ocasião em que o autor foi entrevistado pelo jornalista e crítico de literatura Gabriel Pinheiro. Ao final, ocorreu uma sessão de autógrafos para o público.

A obra lançada apresenta amplo retrato da trajetória de João Guimarães Rosa, reunindo vasta pesquisa documental sobre a vida e a produção literária do escritor mineiro, um dos maiores nomes da literatura brasileira. Durante a conversa, Leonencio Nossa abordou aspectos pouco conhecidos da trajetória do autor de *Grande sertão: veredas*, além do processo de pesquisa que resultou na biografia.



Durval Ângelo, Titane, Marcílio Barenco, Leonencio Nossa e Gabriel Pinheiro. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Gabriel Pinheiro conduz conversa com Leonencio Nossa, autor da biografia. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



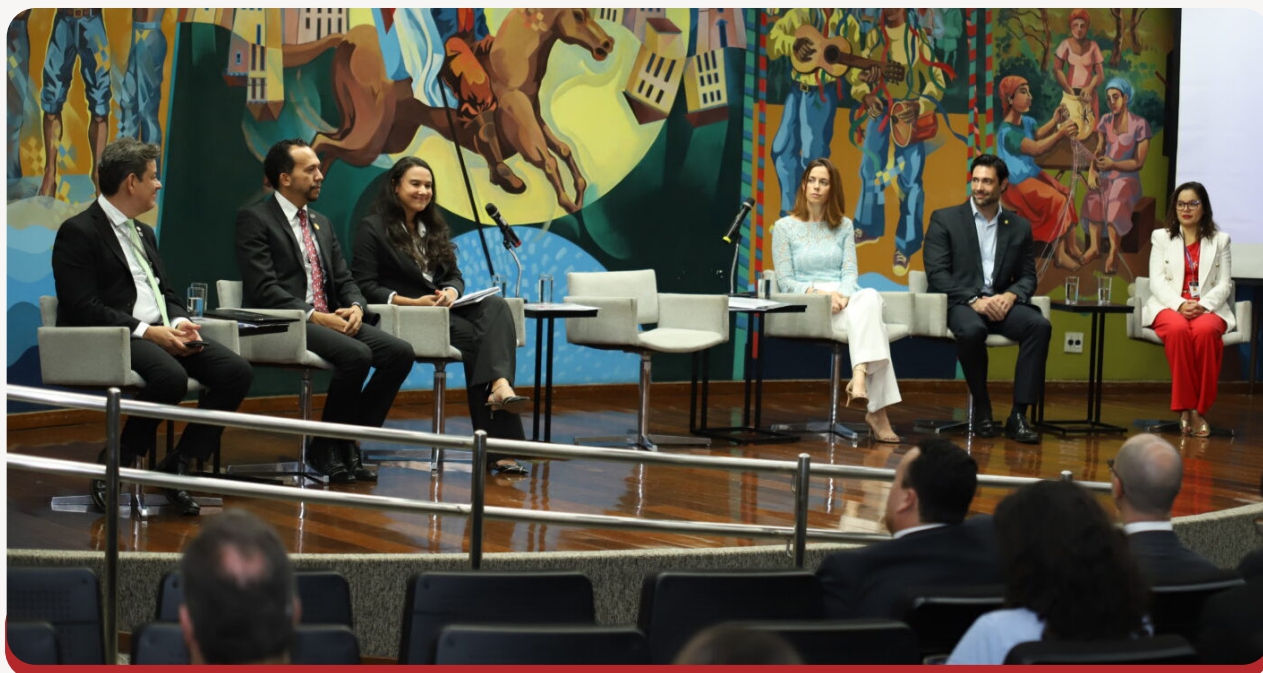
Dedicatória especial para Marcílio Barenco.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Assista ao bate-papo [aqui.](#)

MPC-MG prestigia II Encontro de Auditores de Controle Externo

por Simone P. Lopes

No dia 27 de abril, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais prestigiou o II Encontro de Auditores de Controle Externo, realizado no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em homenagem ao Dia do Auditor de Controle Externo.



O dispositivo de honra. Foto: Hernando Garcia | TCE-MG.

A Procuradora e 1ª Tesoureira da Ampcon, Cristina Andrade Melo, integrou o dispositivo de honra da abertura do evento, representando o MPC-MG.



Cristina Andrade Melo e Durval Ângelo entregam carteiras funcionais a auditores de controle externo. Foto: Hernando Garcia | TCE-MG.

MPC-MG prestigia II Encontro de Auditores de Controle Externo

(continuação)



À esquerda, a Procuradora Cristina Andrade Melo no dispositivo de honra. Foto: Hernando Garcia | TCE-MG.

Promovido pela Associação dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (AudTCE-MG), o encontro contou, na abertura, com pronunciamentos do Presidente da entidade, Anderson Tiago Ferreira Santos Sampaio, da Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo (ANTC), Thaísse Craveiro de Souza Oliveira, e do Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, além da entrega das carteiras funcionais dos auditores de controle externo.

Na oportunidade, também prestigiaram o evento o Conselheiro Substituto do TCE-MG Telmo Passareli; o Conselheiro aposentado Wanderley Ávila e o Diretor-Geral, Gustavo Vidigal.

A programação teve início com conferência de Thaísse Craveiro sobre a Lei Orgânica da Auditoria de Controle Externo e seguiu com painéis sobre o futuro da auditoria de pessoal, inteligência artificial na fiscalização de editais de concursos públicos e desafios institucionais

para implementação da Lei Orgânica da Auditoria em Tribunais de Contas.

A tarde foi reservada para debates sobre consórcios públicos, normas internacionais de auditoria, auditoria operacional em projetos de infraestrutura, técnicas avançadas de criação de prompts para uso em auditorias, controle interno e os impactos da Operação Saúde na prestação de serviços públicos. ■



Imagem Ilustrativa | Pixabay.

Procuradora do MPC-MG recebe DGPE/TCE-MG e elenca demandas para o próximo plano estratégico do Tribunal

por Simone P. Lopes

Em continuidade ao processo de elaboração do Plano Estratégico 2027-2032 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) – denominado Estratégia 2032 (E32) –, a Procuradora-Corregedora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Sara Meinberg, recebeu em seu gabinete a Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE) para uma entrevista voltada ao diagnóstico para definir quais serão as diretrizes estratégicas do órgão nos próximos anos.



A Procuradora-Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg; o Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica do TCE-MG, Alex Lopes de Freitas; e o Coordenador de Gestão do Planejamento, Alvaro Ribeiro. Foto: Vinicius Dias | TCE-MG.



A Procuradora-Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg. Foto: Vinicius Dias | TCE-MG.

Durante o encontro, Sara Meinberg destacou a importância da participação do Ministério Público de Contas nesse planejamento, a fim de garantir que a autonomia funcional do órgão seja acompanhada da estrutura e dos recursos necessários para o exercício de sua missão constitucional.

Também acompanharam a reunião a Chefe de Gabinete da Procuradora, Lilian Haas, e o

Coordenador de Gestão do Planejamento do TCE-MG, Alvaro Ribeiro.

SAIBA MAIS

Conduzida pelo Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica, Alex Lopes de Freitas, a conversa faz parte de um ciclo de escutas com os Procuradores a fim de reunir as necessidades institucionais de cada área para a elaboração da Estratégia 2032. ■

MPC Cast 5ª temporada

por Simone P. Lopes

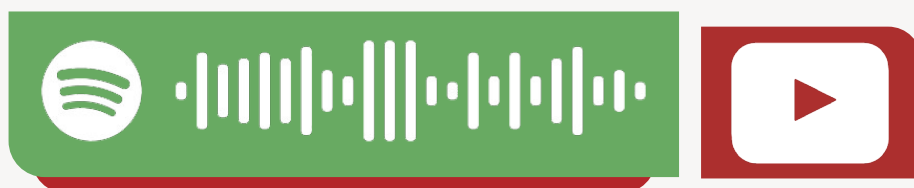


Neste episódio do MPC Cast, recebemos a professora Renata Costa Rainho para falar sobre as mudanças nas concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

Ao longo da conversa, ela explica o contexto do Projeto de Lei que atualiza as regras desses contratos, comenta a mudança de rumo da proposta durante sua tramitação e destaca pontos importantes como a nova lógica de repartição de riscos, os mecanismos de solução de disputas e as inovações no reequilíbrio econômico-financeiro.

Doutora e Mestre em Direito Administrativo, Rainho ainda discute o papel do controle externo diante dessas mudanças, com destaque para a importância das soluções consensuais e para os desafios da execução contratual em projetos de longo prazo.

Assista ao episódio completo em nosso canal no **YouTube** ou em nosso perfil no **Spotify**. ■



COLUNA IURISPRUDENTIA

por Bruno Pimenta Carreiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Informativo nº 1.207

Resumo: “É constitucional – e não afronta a regra segundo a qual os cargos em comissão se destinam exclusivamente às funções de direção, chefia e assessoramento (CR/1988, art. 37, V) – a criação, no âmbito do Ministério Público estadual, de cargos em comissão cujas atribuições legais revelem conteúdo típico de assessoramento e estejam inseridas na relação de confiança inerente ao desempenho funcional junto a membros da instituição.” (ADI 5.777/SC, Relator: Ministro Nunes Marques; Redator do acórdão: Ministro Flávio Dino, julgamento virtual finalizado em 06.03.2026)

Tese fixada: “É constitucional a exclusão da criação de nova legenda como hipótese de justa causa para a desfiliação, sem perda de mandato por infidelidade partidária.” (ADI 5.398/DF, Relator: Ministro Luís Roberto Barroso; Redator do acórdão: Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 06.03.2026)

Informativo nº 1.208

Tese fixada: “É assegurado o direito à nacionalidade brasileira originária à pessoa nascida no exterior, adotada por pessoa brasileira e registrada em órgão consular competente, nos termos da alínea c do inciso I do art. 12 c/c o § 6º do art. 227 da Constituição da República.” (RE 1.163.774/MG – Tema 1.253 RG, Relatora: Ministra Cármen Lúcia, julgamento finalizado em 12.03.2026)

Informativo nº 1.209

Resumo: “Para corrigir décadas de irregularidades na composição do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e garantir a heterogeneidade técnica do colegiado, a próxima vaga a ser aberta, independentemente de sua proveniência, deve ser obrigatoriamente preenchida por um Auditor (Conselheiro-Substituto), salvo se a cadeira estiver reservada a membros do Ministério Público de Contas.” (ADO 87/BA, Relator: Ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 20.03.2026)

Resumo: “A reiterada omissão do Congresso Nacional em editar lei complementar que estabeleça critérios adequados de rateio dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) justifica, em caráter excepcional e temporário, a prorrogação cautelar da eficácia de normas declaradas inconstitucionais, a fim de evitar vácuo normativo incompatível com as obrigações de repasse de recursos aos entes federados.” (ADI 5.069 Ref-segundo/DF, Relatora: Ministra Cármen Lúcia, julgamento virtual finalizado em 20.03.2026)

Informativo nº 1.210

Resumo: “É constitucional – por força da simetria constitucional entre os regimes remuneratórios da Magistratura e do Ministério Público (CR/1988, art. 129, § 4º c/c o art. 93) – a equiparação, por isonomia, de vantagens compatíveis com esse regime jurídico, nos mesmos termos reconhecidos aos membros do Ministério Público.” (Rcl 88.319 ED-MC-Ref/SP, Relator: Ministro Flávio Dino; ADI 6.606 MC-Ref/MG, Relator: Ministro Gilmar Mendes; ADI 6.601/PR, Relator: Ministro Alexandre de Moraes; RE 968.646/SC, Relator: Ministro Alexandre de Moraes; RE 1.059.466/AL, Relator: Ministro Alexandre de Moraes; ADI 6.604/PB, Relator: Ministro Cristiano Zanin; julgamento conjunto finalizado em 25.03.2026)

Resumo: “Encontram-se presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar, pois: (i) a plausibilidade jurídica do pedido está evidenciada pela provável invasão de competência legislativa da União e pelo descumprimento do dever constitucional de proteção ambiental; e (ii) há perigo da demora na prestação jurisdicional, uma vez que a manutenção da eficácia da norma impugnada – que exige regularização prévia de áreas antigas para a instituição de novas unidades de conservação – paralisaria a criação de novas unidades de conservação no Estado, causando prejuízos potencialmente irreversíveis ao meio ambiente.” (ADI 7.842 MC-Ref/MT, Relator: Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 27.03.2026)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Informativo nº 881

Destaque: “I - A sentença coletiva que condena a administração centralizada ao pagamento de verba remuneratória não pode ser executada por servidores de autarquias e fundações públicas. II - Os servidores que integravam os quadros de autarquias e de fundações públicas do Distrito Federal na data da propositura da Ação Coletiva n. 32.159/1997 não foram beneficiados pela coisa julgada.” (REsp 2.231.007-DF, Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 11.03.2026, Tema 1402)

Destaque: “As telas e os extratos de sistemas eletrônicos utilizados pela Administração Pública constituem prova digital válida no processo judicial e gozam de presunção relativa de veracidade, sendo aptos a comprovar o parcelamento de débito tributário para fins de interrupção do prazo prescricional, cabendo ao contribuinte impugnar especificamente sua autenticidade ou veracidade.” (REsp 2.179.441-DF, Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 10.03.2026)

Informativo nº 882

Destaque: “A prorrogação de prazo para a apresentação de defesa administrativa estende-se ao pedido de Acordo Escrito, previsto no art. 3º da Instrução Normativa 35 do IBRAM (Instituto Brasília Ambiental), de maneira que a declaração de intempestividade desse pedido ofende a proteção da confiança.” (RMS 75.112-DF, Relator: Ministro Paulo Sérgio Domingues, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 03.03.2026, DJEN 10.03.2026)

Destaque: “A Ordem dos Advogados do Brasil não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança em defesa individual de advogado investigado, salvo quando demonstrado interesse da categoria de forma geral.” (AgRg no RMS 73.012-SP, Relator: Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 17.03.2026, DJEN 23.03.2026)

Informativo nº 883

Destaque: “A construtora e a Caixa Econômica Federal respondem solidariamente pelos vícios de construção no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo cabível a indenização por danos morais quando os defeitos do imóvel comprometem sua habitabilidade e ultrapassam o mero dissabor.” (REsp 2.153.450-RJ, Relator: Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 16.03.2026, DJEN 23.03.2026)

Destaque: “A revogação da parte final do art. 89 da Lei n. 8.666/1993 pela Lei n. 14.133/2021 não reproduzida no art. 337-E do Código Penal configura abolitio criminis da conduta de deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação.” (AgRg no AREsp 2.079.040-SP, Relator: Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 10.02.2026, DJEN 20.03.2026)



Imagem ilustrativa | Pixabay.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim de jurisprudência nº 574

Responsabilidade. Inabilitação de responsável. Sobreposição de penas. Cumprimento. Limite máximo.

Não há impeditivo à aplicação, a um mesmo responsável, da sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública (art. 60 da Lei nº 8.443/1992) em diversos processos que apurem irregularidades praticadas em mesmo contexto fático. Contudo, o cumprimento das penas, em seu conjunto, deve observar o limite máximo de oito anos previsto no referido dispositivo legal, aplicando-se por analogia a lógica de unificação contida no art. 75 do Código Penal. (Acórdão 417/2026 – Plenário. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Licitação de técnica e preço. Critério. Pontuação. Proposta técnica. Regulamentação. Cadastro.

É irregular a utilização do critério de “desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública”, para fins de pontuação técnica (art. 36, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), sem a prévia regulamentação desse dispositivo, por se tratar de norma de eficácia limitada. Ademais, a referida lei condiciona a utilização do desempenho pretérito à existência de regulamento que defina indicadores objetivos e à implementação de cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (art. 88, §§ 3º e 4º). (Acórdão 747/2026 – Segunda Câmara.

Representação. Relator: Ministro Aroldo Cedraz) Responsabilidade. Convênio. Desvio de finalidade. Decisão judicial. Bloqueio. Dívida. Pagamento.

O bloqueio judicial de recursos de convênio ou instrumento congênere para pagamento de dívidas alheias ao objeto pactuado configura débito decorrente de desvio de finalidade e, portanto, não afasta a responsabilidade de o ente beneficiado restituir os respectivos valores aos cofres do repassador. (Acórdão 754/2026 – Segunda Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Aroldo Cedraz)

Boletim de jurisprudência nº 575

Licitação. Obras e serviços de engenharia. Orçamento estimativo. Pagamento. Medição. Administração local (Obra pública).

Os editais de licitação de obras públicas devem prever critério objetivo de medição para a administração local, com pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, e não como valor mensal fixo. A medição da administração local em descompasso com o avanço físico do empreendimento pode ensejar a antecipação irregular de pagamentos à contratada, em desconformidade com o art. 6º, inciso LVII, alínea d, da Lei nº 14.133/2021. (Acórdão 456/2026 – Plenário. Auditoria. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Qualificação técnica. Conselho de fiscalização profissional. Habilitação de licitante. Inscrição. Tempo. Rol taxativo.

É ilegal a exigência, para fins de habilitação técnico-operacional, de tempo mínimo de registro da licitante junto à entidade profissional competente, por violar o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, o qual define, de forma taxativa, a documentação que pode ser requerida para fins de qualificação técnica, restringindo-se, nesse ponto, à inscrição regular no conselho de fiscalização profissional competente (inciso V). (Acórdão 469/2026 – Plenário. Denúncia. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira)

Licitação. Qualificação técnica. Exigência. Capacidade técnico-profissional. Mestrado. Doutorado. Curso de especialização. Habilitação de licitante. Assessoria jurídica.

A exigência de títulos acadêmicos como condição de habilitação, a exemplo de mestre, doutor ou especialista, em certame para contratação de assessoria jurídica generalista está em desacordo com o art. 9º, inciso I, alínea a, da Lei nº 14.133/2021, pois eles não constituem requisitos indispensáveis à qualificação técnico-profissional e restringem indevidamente a competitividade. (Acórdão 469/2026 – Plenário. Denúncia. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

Boletim de jurisprudência nº 576

Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Documento falso. Fraude. Capacidade operacional. Atestado de capacidade técnica. Incompatibilidade. Prova (Direito). Indício.

O somatório de indícios que apontam para a incompatibilidade entre a estrutura operacional da empresa e o objeto dos atestados de capacidade técnica por ela apresentados no certame constitui prova suficiente para caracterizar fraude à licitação, independentemente da obtenção da vantagem esperada ou da efetiva contratação, uma vez que a conduta – uso de documentos inverídicos com o intuito de ludibriar a Administração Pública – atenta contra os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade, tipificando a infração prevista no art. 46 da Lei nº 8.443/1992. (Acórdão 548/2026 – Plenário. Representação. Relator: Ministro Augusto Nardes)

Gestão administrativa. Administração federal. Acesso à informação. Autoridade. Evento. Participação. Princípio da publicidade. Poder Executivo. Consulta.

As informações relacionadas à participação de autoridades públicas em eventos promovidos e custeados por instituições privadas são consideradas públicas, nos termos da Lei nº 12.527/2011, devendo, pois, ser disponibilizadas ao público, observando-se que: i) a data, o local e os promotores ou patrocinadores do evento devem constar da agenda de compromissos públicos das autoridades, sendo a justificativa da participação obrigatória apenas em casos de viagens custeadas por agentes privados (art. 11, inciso III, do Decreto nº 10.889/2021); ii) os gastos das instituições privadas com transporte, alimentação e hospedagem das autoridades devem ser publicizados (art. 11, inciso III, do Decreto nº 10.889/2021); iii) caso tais informações não sejam divulgadas nos sítios oficiais, são passíveis de acesso por solicitação dos cidadãos, nos termos da Lei nº 12.527/2011; iv) a restrição de acesso a informações que possam comprometer a segurança pessoal ou operacional deve ser fundamentada no caso concreto, balanceando a necessidade de transparência com a proteção de informações

sensíveis, conforme previsto na Lei nº 12.527/2011; v) as informações supracitadas relativas à Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013, regulamentada pelo Decreto nº 10.889/2021) se restringem ao Poder Executivo, sendo fornecida asseguração limitada de que tais obrigações não se estendem aos demais Poderes. (Acórdão 552/2026 – Plenário. Consulta. Relator: Ministro Augusto Nardes)

Boletim de jurisprudência nº 577

Convênio. Entidade sem fins lucrativos. Vedação. Credenciamento. Seleção. Parentesco. Princípio da impessoalidade.

Em processo de credenciamento e seleção de organização da sociedade civil (OSC) para atuar em parceria com a Administração Pública, é irregular a ausência de procedimentos formais destinados à verificação de vínculos de parentesco – colateral ou por afinidade, até o terceiro grau – ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil entre os dirigentes da OSC e os agentes públicos que desempenhem funções essenciais no referido processo, por infringência ao princípio da impessoalidade (art. 37 da Constituição da República e art. 2º, inciso XII, da Lei nº 13.019/2014) e por paralelismo com o estabelecido no art. 7º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. (Acórdão 661/2026 – Plenário. Embargos de Declaração. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Direito Processual. Julgamento. Fundamentação. Abrangência. Princípio da motivação.

O dever de fundamentação das decisões do TCU não obriga o relator a rebater todos os argumentos de defesa apresentados pelo responsável, salvo aqueles que, em tese, possam influir no desfecho da decisão (art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC), admitindo-se, para tal fim, o uso da técnica de motivação por remissão (*per relationem*). (Acórdão 1251/2026 – Segunda Câmara. Recurso de Reconsideração. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Boletim de jurisprudência nº 370

Processo cível – Direito Constitucional – Ação direta de inconstitucionalidade – Lei municipal – Instituição de auxílio financeiro a atletas e entidades esportivas – Inconstitucionalidade declarada.

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal nº 796/2025 do Município de Alto Caparaó. Instituição de auxílio financeiro a atletas e entidades esportivas. Iniciativa parlamentar. Vício formal de iniciativa. Imposição de obrigações financeiras, determinação de despesas e fixação de repasses ao executivo. Ausência de prévia previsão orçamentária e fonte de custeio específica. Violação dos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CR), legalidade orçamentária, responsabilidade fiscal e impessoalidade administrativa. Ação julgada procedente.

- É inconstitucional lei municipal de iniciativa parlamentar que, ao instituir programa de auxílio financeiro a atletas e entidades esportivas, impõe obrigações administrativas e financeiras ao Poder Executivo, determina repasses orçamentários, sem indicação de fonte de custeio ou previsão orçamentária, em afronta ao princípio da separação dos poderes e à reserva de iniciativa do Chefe do Executivo.

- Embora o Supremo Tribunal Federal tenha fixado no Tema 917 (ARE 878.911) que a lei de iniciativa parlamentar que cria despesa para a Administração não é, por si só, inconstitucional, o caso concreto apresenta distinção. A norma impugnada não apenas cria uma obrigação, mas também define a destinação específica de recursos orçamentários, caracterizando ato de gestão e planejamento, matérias afetas à reserva da Administração.

- A competência para alocar os recursos públicos, ainda que provenientes de devolução de duodécimos pelo Legislativo, é do Chefe do Poder Executivo, a quem cabe a gestão do orçamento municipal. A imposição de uma finalidade específica pelo Legislativo configura usurpação de função administrativa e ofende o princípio da separação e harmonia entre os Poderes (art. 2º da CR e art. 173 da CEMG).

- Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da norma. (TJMG - Ação Direta Inconstitucionalidade nº 1.0000.25.218722-4/000, Relator: Desembargador Carlos Roberto de Faria, Órgão Especial, j. em 12.03.2026, p. em 16.03.2026)

Processo cível – Direito Administrativo – Responsabilidade civil do Estado – Ação de indenização por danos morais – Morte por afogamento – Córrego do Onça – Responsabilidade civil do Município – Omissão – Necessidade de comprovação da culpa administrativa – Culpa exclusiva da vítima – Inexistência do dever de indenizar.

Ementa: Apelação cível. Ação de indenização por danos morais. Morte por afogamento. Córrego do Onça. Responsabilidade civil do Município. Omissão. Responsabilidade subjetiva. Necessidade de comprovação da culpa administrativa. Ausência de nexo causal. Culpa exclusiva da vítima. Inexistência de dever de indenizar. Sentença mantida.

- Nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição da República, a responsabilidade civil do Estado é objetiva quando decorrente de ação comissiva de seus agentes. Todavia, tratando-se de omissão, aplica-se a responsabilidade subjetiva, sendo indispensável a comprovação da culpa administrativa, consubstanciada na negligência, imprudência ou imperícia do ente público.

- A responsabilização do Município por omissão exige a demonstração de um dever legal específico de agir, do dano, do nexo causal e da culpa administrativa.

- Constatado que o acidente decorreu de conduta imprudente e voluntária da própria vítima, ao adentrar área de risco conhecida e inapropriada para circulação, resta configurada a culpa exclusiva da vítima, causa excludente do nexo causal.

- Ausente a comprovação de falha específica do Município de Belo Horizonte quanto ao dever de fiscalização ou sinalização do local, não há que se falar em indenização.

- Sentença de improcedência mantida. (TJMG - Apelação Cível nº 1.0000.25.433270-3/001, Relator: Desembargador Jair Varão, 3ª Câmara Cível, j. em 13.03.2026, p. em 13.03.2026)

Processo cível – Direito Constitucional – Direito Administrativo – Mandado de segurança – Vereador – Requisição individual de informações e documentos – Acesso a informações de interesse coletivo ou geral – Direito fundamental – Requisições genéricas vinculadas ao exercício do controle externo institucional – Impossibilidade – Princípio da colegialidade do Poder Legislativo.

Ementa: Direito Constitucional e Administrativo. Agravo de instrumento. Mandado de segurança. Acesso à informação. Vereador. Recursos públicos. Emendas parlamentares. Controle externo e direito fundamental à informação. Provimento parcial.

Tese de julgamento:

- O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer individualmente o direito fundamental de acesso a informações de interesse coletivo ou geral, inclusive sobre aplicação de recursos públicos, nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição.
- O direito de acesso à informação não compreende a exigência de elaboração de documentos inexistentes ou ainda não formalizados.
- Requisições genéricas vinculadas ao exercício do controle externo institucional submetem-se ao princípio da colegialidade do Poder Legislativo.

(TJMG - Agravo de Instrumento-Cv nº 1.0000.25.429547-0/001, Relator: Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, 19ª Câmara Cível, j. em 12.03.2026, p. em 16.03.2026)

Boletim de jurisprudência nº 571

Direito Administrativo e Ambiental – Dano ambiental e patrimonial – Responsabilidade civil objetiva do Município – Obra pública inacabada – Drenagem pluvial – Danos materiais e morais configurados – Apelação desprovida.

Ementa: Direito Administrativo e Ambiental. Apelação e reexame necessário em ação ordinária. Obra pública inacabada. Drenagem pluvial. Dano ambiental e patrimonial. Responsabilidade civil objetiva do Município. Danos materiais e morais configurados. Reexame necessário parcialmente provido. Apelação desprovida.

Tese de julgamento:

1. A constatação de intervenção irregular em APP, escoamento de águas pluviais em propriedade particular e contaminação de nascente configura nexos causal suficiente à responsabilização estatal.
2. Danos morais decorrentes de invasão de enxurradas, mau odor e lixo em imóvel residencial, perdurando por anos, são indenizáveis. (TJMG – Apelação Cível 1.0000.25.394537-2/001, Relator: Desembargador Alberto Vilas Boas, 1ª Câmara Cível, j. em 24.03.2026, p. em 26.03.2026)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Informativo de jurisprudência nº 325

Denúncia. Licitação. Sociedade de economia mista. Contrato administrativo. Cláusulas Atualização Monetária. Compensação financeira. Exigências. Regularidade fiscal e previdenciária. Condição de pagamento. Irregularidades. Parcialmente procedente. Sem aplicação de multas. Determinações.

1. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às sociedades de economia mista submetidas ao regime jurídico próprio instituído pela Lei nº 13.303/2016, que disciplina de forma específica e exaustiva as regras de licitação e contratação aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
2. Nos contratos administrativos celebrados por empresas estatais devem conter, de forma cumula-

tiva e detalhada, cláusulas que disponham sobre a periodicidade do reajustamento de preços e sobre o critério de atualização monetária, destinado à recomposição do valor real da obrigação, evitando a corrosão inflacionária entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, bem como cláusulas que estabeleçam os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas.

3. A regularidade fiscal e trabalhista constitui requisito para a habilitação e deve ser mantida durante toda a execução contratual. O seu descumprimento pode ensejar a aplicação de sanções administrativas ou, em casos mais graves, a rescisão contratual. Todavia, a retenção de pagamentos por eventuais pendências fiscais ou trabalhistas não se encontra

prevista entre as sanções legalmente estabelecidas, sendo, portanto, inviável a sua adoção, sob pena de violação ao princípio da legalidade. (Processo nº 1.160.834 – Denúncia. Primeira Câmara. Sessão de 24.02.2026. Relator: Conselheiro substituto Telmo Passareli. Publicado em 10.03.2026)

Informativo de jurisprudência nº 326

Consulta. Licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte. Valor do item de contratação a partir do qual ela passa a não ser obrigatória. Inviabilidade de sua alteração por norma municipal. Tratamento favorecido àquelas sediadas local ou regionalmente. Observância da regra do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123. Possibilidade de regulamentação pelo Município. Observância do art. 49 da Lei Complementar nº 123 e de princípios constitucionais. Observância da regulamentação federal na ausência de regulamentação municipal.

1. Violaria o inciso XXVII do caput do art. 22 da Constituição da República a edição de lei municipal que viesse a estabelecer obrigatoriedade de processo licitatório com participação apenas de microempresas e empresas de pequeno porte, para itens de contratação com valor maior do que o indicado no inciso I do caput do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, por se tratar de norma geral de licitação e contratação, a qual deve ser observada por todos os entes federados, incluindo os Municípios.
2. A regra da prioridade “até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido”, insculpida no § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, é a que deve ser observada pelo Município que pretenda dar, em processos licitatórios exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, tratamento favorecido àquelas sediadas local ou regionalmente.
3. Os Municípios podem regulamentar a regra do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, mas, enquanto não o fizerem, têm de, por força do disposto no parágrafo único do art. 47 da mesma lei, observar as regras do art. 9º do Decreto federal nº 8.538, de 2015, ou as que vierem a sucedê-las.
4. Os Municípios têm de, ao regulamentar a regra do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, atentar ao disposto no art. 49 da mesma lei e obedecer aos princípios constitucionais de lega-

lidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (Processo nº 1.174.305 – Consulta. Tribunal Pleno. Sessão de 18.03.2026. Relator: Conselheiro em exercício Licurgo Mourão. Publicado em 30.03.2026)

Consulta. Prefeitura municipal. Admissibilidade. Mérito. Bens públicos imóveis. Áreas institucionais em desuso ou subutilizada, localizadas em distrito industrial. Autonomia municipal. Excepcionalidade. Possibilidade de desafetação de área institucional, desde que comprovados o interesse público e a ausência de dano à coletividade. Avaliação prévia. Autorização legislativa. Licitação na modalidade leilão.

1. Em face da autonomia dos Municípios para legislar sobre matéria afeta à política urbana local, nos termos constitucionais, é lícita a desafetação de área institucional subutilizada ou em desuso, localizada em distrito industrial, desde que o Poder Público municipal demonstre, de forma robusta e inequívoca, que tal opção, seguida da alienação do bem, é a mais adequada para se alcançar o interesse público.
2. O procedimento especial para alienação de bens públicos imóveis impõe o preenchimento dos seguintes requisitos: a) robusta motivação que demonstre o atendimento à supremacia do interesse público; b) desafetação; c) autorização legislativa específica; d) avaliação prévia; e e) realização de procedimento licitatório, na modalidade leilão. (Processo nº 1.196.328 – Consulta. Tribunal Pleno. Sessão de 18.03.2026. Relator: Conselheiro em exercício Hamilton Coelho. Publicado em 09.04.2026)

Incidente de uniformização de jurisprudência. Aquisição de medicamentos. Definição de preços. Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED. Limites máximos. A aferição de dano decorrente de sobrepreço deve obrigatoriamente abranger bancos de dados que retratem os preços praticados no mercado. Aprovação de enunciado de súmula de jurisprudência.

1. Os conceitos jurídicos de “preço máximo” e de “preço referencial de mercado” não se confundem, possuindo escopos de aplicação e consequências jurídicas distintas. Enquanto aquisições acima dos preços máximos estabelecidos pela CMED/Anvisa

indicam irregularidade na contratação, aquisições acima dos “preços referenciais de mercado” indicam a ocorrência de sobrepreço.

2. Os preços máximos fixados pela tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) constituem referenciais limites que devem ser observados pelos gestores públicos, sendo vedada a aquisição de medicamentos por valores superiores aos por ela fixados.

3. Para a configuração de eventual dano ao erário decorrente de sobrepreço, é obrigatória pesquisa complementar de preços, abrangendo outras fontes e bancos de dados reconhecidamente confiáveis, para aferir o valor efetivamente praticado pelo mercado. (Processo nº 1.127.454 – Incidente de Uniformização de Jurisprudência. Tribunal Pleno. Sessão de 18.03.2026. Relator: Conselheiro Alencar da Silveira Jr. Publicado em 30.03.2026)



Imagem ilustrativa | Pixabay.

LEX DATA

por Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

VOCÊ SABIA?

Você sabia que, mesmo sem ocorrer vazamento de dados, poderá haver responsabilização pelo uso inadequado de informações pessoais?

O art. 44¹ da LGPD estabelece que o tratamento de dados é considerado irregular não apenas quando há vazamento de dados ou violação direta da lei, como também quando não atende às expectativas legítimas de segurança do titular.

Isso significa que não é necessário a ocorrência de um incidente para que haja irregularidade. Basta que os dados sejam utilizados de forma inadequada ou não se adotem medidas de proteção compatíveis com os dados pessoais tratados.

A LGPD exige um cuidado contínuo com a forma como os dados são utilizados e protegidos, sendo essencial garantir que todo tratamento seja compatível com a natureza dos dados envolvidos. ■

¹Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018

Art. 44. O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo pelo qual é realizado;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - as técnicas de tratamento de dados pessoais disponíveis à época em que foi realizado.

Parágrafo único. Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador ou o operador que, ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 desta Lei, der causa ao dano.



Imagem ilustrativa | Unsplash.

MPC-MG EM NÚMEROS

por Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)

Confira a movimentação processual entre o **MPC-MG** e o **TCE-MG** referente ao mês de **MARÇO**.

1.575

PROCESSOS **ENTRARAM**

1.702

PROCESSOS **SAÍRAM**, COM PARECER, DESPACHO OU MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

29 Notícias de Irregularidades

03 Assuntos Administrativos

01 Procedimento Preparatório

03 Representações

REPRESENTAÇÕES

1.208.039

REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MPC-MG, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM FACE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATIS EM RAZÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS VIA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1.208.042

REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MPC-MG SARA MEINBERG SCHMIDT DE ANDRADE DUARTE EM FACE DE AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IPATINGA E DE CONSÓRCIO, EM RAZÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONTRATOS DECORRENTES DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA PROCESSO LICITATÓRIO.

1.210.426

REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DE GESTORES DO MUNICÍPIO E DA CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS À ÉPOCA DOS FATOS, EM RAZÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS MAJORAÇÕES DOS VALORES DOS SUBSÍDIOS DE AGENTES POLÍTICOS PROMOVIDAS POR MEIO DE LEIS E ATOS NORMATIVOS.



MPC NOTÍCIAS

ABRIL 2026

EDIÇÃO 47

PROCURADOR-GERAL

MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL

DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO

SIMONE PEREIRA LOPES

DIAGRAMAÇÃO

ANA CLARA DE LIMA

REVISÃO

LÍLIAN DE OLIVEIRA

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.mpc.mg.gov.br

INSTAGRAM



@mpc_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK

Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN

Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

FLICKR

Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais